



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS ALVES

CGCMF Nº 83 102 319/0001-55

Rua 18 de Julho — 88.325-LUÍS ALVES — SC

*Projeto* Nº 46/79

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR POR COMPRA,  
CONTRATAR FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS :

O Prefeito Municipal de Luís Alves, Senhor Wilibaldo Bylaardt, no uso de suas atribuições :

Faz saber a todos os habitantes deste Município que o Legislativo/ decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a adquirir por compra diretamente do fabricante ou de seu concessionário exclusivo, para serviço desta Prefeitura, peças destinadas a Motoniveladora Huber Warco ano 1.978.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, também autorizado a.. obter o Financiamento necessário à referida compra, a vista, nos termos do que dispõe as normas financeiras / do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, assinando em consequência contrato de abertura de Crédito com a Besc Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, bem como dando em garantia do financiamento, bem caracterizado no Artigo 1º, sob forma de alienação fiduciária em garantia, conforme estabelece o Decreto Lei 7 Nº 911 de 1º de Outubro de 1969.

Parágrafo Único - O financiamento a que se refere o " Caput " desta Lei, compreenderá o principal, saldo de R\$ 71.989,96 ( Setenta e um mil novecentos e oitenta e nove cruzeiros e noventa e seis centavos ), mais todos os ônus e cargos de financiamento, que será pago em seis (6) prestações mensais com três (3) meses de carência, prestações estas que serão representadas por uma nota promissória/ em seu valor total, emitida em favor da Besc Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimentos, pelo Executivo Municipal.

Artigo 3º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a... dar em garantia do Financiamento a que se refere o Artigo 2º supra sob a forma de penhor, parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, assim com a constituir a BESC FINANCEIRA S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, procurador do Município, com poderes irreversíveis para o fim de receber do Órgão competente, as... parcelas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias/ até o limite das obrigações contraídas no Contrato de Financiamento assinado com a BESC FINANCEIRA S.A. Crédito Financiamento e Investimentos,.

Parágrafo 1º - Se a quôta de participação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias a que se refere este artigo, tiver sua denominação modificada ou for substituída por outro Imposto ou outra fonte de arrecadação, substituirá a garantia mencionada neste artigo, sem que venha a constituir novação do contrato assinado, que continuará íntegro em todas as suas cláusulas e condições, até seu total cumprimento.

Parágrafo 2º - O Município se obriga a fazer consignar nos Orçamentos verbais necessárias à liquidação das obrigações estabelecidas/ na presente Lei ... (( Continua ))





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS ALVES

CGCMF Nº 83 102 319/0001-55

Rua 18 de Julho — 88.325-LUÍS ALVES — SC

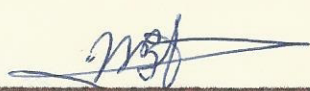
Continuação... ..

§ 3º — O Prefeito autorizará, irrevogavelmente, o Banco do Estado de Santa Catarina S/A., ou outra qualquer fonte pagadora da quota referida neste artigo, a contabilizar a débito da conta do Município, em que foram creditadas as parcelas da Quota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias a que se refere o "caput" / deste artigo, as importâncias correspondentes à liquidação das obrigações contraídas com o financiamento a que se refere o artigo 2º supra.

Art. 4º — Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Luís Alves, em 30 de Outubro de 1979.—

~~Ext~~

  
\_\_\_\_\_  
Wilibaldo Bylaardt  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

Anselmo Kraisch  
Secretário.—

LEI 326-  
DATA - 11-19



Continuação...

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - O Prefeito autoriza, irrevogavelmente, o Banco do Estado de Santa Catarina S/A, ou outra qualquer fonte pagadora de quotas referidas neste artigo, a contar e debitar o débito da conta do Município, em que foram creditadas as parcelas da quota de imposto sobre a Circulação de Mercadorias a que se refere o "caput" deste artigo, as importâncias correspondentes à liquidação das obrigações contraídas com o financiamento a que se refere o artigo 2º supra.

Prof. Municipal de Luís Alves, em 30 de Outubro de 1979.

As comissões de Legislação e Justiça e de Saúde Pública para emitirem pareceres  
S.S. em 30/10/79  
Presidente

OFINA FAVORÁVEL A

12 COMISSÃO  
PRESENTE LEI  
S.S. 30/10/79.

1ª aprovação em sua  
1ª apresentação por  
unanimidade  
Q.S. 30/10/79.

Car. João Reis  
Pedro Manoel Reis  
Miguel B. Gohs

CÂMARA MUNICIPAL LUIS ALVES  
Presidente

1ª aprovação em sua  
2ª aprovação por  
unanimidade de  
votos em 6-11-79.